

TCE aponta falhas no plano de concessão do bloco 2

Tribunal sugere redução de tarifas ou aporte menor de recursos ao vencedor de leilão

FLÁVIA SIMÕES

A análise técnica do Tribunal de Contas (TCE-RS) sobre o projeto de concessão do bloco 2 de rodovias apontou para uma série de inconsistências na proposta encaminhada pelo governo do Estado. Sanadas essas questões, as mudanças podem resultar na redução das tarifas propostas. A análise da equipe de auditoria, no entanto, identificou falhas no modelo econômico-financeiro escolhido pelo governo, por meio da utilização de metodologias ou fórmulas defasadas. Se corrigidas, as simulações da Corte indicam duas alternativas: ou a redução na tarifa, para R\$ 0,17 por quilômetro. Ou, ainda, a diminuição do aporte de capital exigido dos investidores.

Apesar da redução tímida no custo tarifário, os auditores avaliam que a economia seria de aproximadamente 8% na tarifa final. “Essa diferença equivale a uma economia de R\$ 1,50 a cada 100 quilômetros percorridos e se traduz em impacto expressivo no agregado: a receita total projetada da concessão cairia de R\$ 15,13 bilhões para R\$ 13,98 bilhões, o que equivale a cerca de R\$ 1 bilhão a menos recolhido dos usuários ao longo do contrato”, detalha o documento de 110 páginas, enviado ao governo do Estado em 1º de outubro e ao qual o **Correio do Povo** teve acesso.

Quando apresentado pelo governo, em junho, o custo de R\$ 0,18 por quilômetro apareceu enquanto alternativa mediante a isenção de Imposto Sobre Serviços (ISS) por parte dos municípios. A proposta (de isenção) não avançou nos municípios, mas consta no documento entre-

MOLDE DA CONCESSÃO

Técnicos apontam para risco jurídico

Os técnicos do Tribunal de Contas do Estado apontam, entre outras inconsistências, um risco jurídico no molde em que a concessão é prevista, abrindo brechas para possíveis questionamentos judiciais. “Ainda que se registre a existência de contrato de concessão celebrado em 2022 com modelo de delegação semelhante ao ora examinado, permanece a possibilidade de ajuizamento de ações judiciais que, independentemente da decisão de mérito, podem atrasar, ou onerar, a execução do projeto e afastar possíveis interessados.”

ENTENDA A PROPOSTA

■ Encaminhado ao Tribunal de contas do Estado em 18 de junho, o plano de concessão do bloco 2 de rodovias trata do repasse para a iniciativa privada da responsabilidade por um trecho de **414 quilômetros de extensão**, que passa por 32 municípios e seis rodovias.

■ O projeto do governo prevê a instalação de 24 pórticos de **pedágio no estilo free-flow**, modalidade que consiste em um sistema de cobrança de pedágio sem as praças físicas. Na prática, o

usuário paga pelo trecho percorrido, de forma automática e digital. O custo tarifário previsto é de R\$ 0,19 por quilômetro.

■ Além da manutenção das rodovias, a empresa vencedora do leilão também ficará encarregada de realizar uma série de obras necessárias nas estradas. Para viabilizar a medida e manter um valor de tarifa reduzido, o Executivo gaúcho deverá aportar R\$ 1,5 bilhão retirado do Fundo de Reconstrução (Funrigs).

gue à Corte.

Agora, caso a redução não seja revertida em benefício direto ao usuário por meio da tarifa, a análise sugere que o governo diminua o aporte previsto de R\$ 1,5 bilhão, oriundos do Fundo de Reconstrução (Funrigs) para R\$ 1,27 bilhão. Resultando em uma economia de R\$ 224 milhões. “Isso significa que o Estado precisará aportar menos recursos próprios, liberando espaço fiscal que pode ser direcionado para outras áreas prioritárias, como saúde, educação e segurança pública”, aconselha o documento.

REDUÇÃO DE CUSTOS

Os técnicos ainda apontam outros elementos que podem ser alterados com o objetivo de aprimorar o edital e, possivelmente, reduzir o custo para o usuário. A exemplo da revisão nos estudos de demanda; na instalação de alguns dos pórticos de free-flow e na aplicação de melhorias em investimentos nas obras rodoviárias.

DINHEIRO PÚBLICO

TCE recomenda uma nova análise

O TCE recomenda ainda uma nova análise dos marcos e critérios que orientam o repasse das parcelas do aporte de dinheiro público. “Isso porque as soluções previstas na modelagem não vinculam a concessão à existência de soluções paliativas para garantir o cumprimento dos parâmetros de desempenho no curto prazo ou, por exemplo, postergar as intervenções mais robustas no pavimento para que coincidam com as obras de ampliação de capacidades previstas até o ano 6 (2031) da concessão”, diz o documento.

Esta é uma segunda análise do Tribunal de Contas do Estado sobre a proposta de concessão do bloco 2. Considerando os itens elencados pela auditoria na primeira versão e os outros apontados nesta, são 50 elementos passíveis de mudança. Destes, 16 já foram resolvidos pelo governo, sendo quatro de forma parcial.

As mudanças, contudo, não são obrigatórias. Apesar disso, o Piratini informou que algumas alterações estão sendo feitas. Assim que forem finalizadas, o documento será enviado para a análise e aprovação do Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas, Cage (Contadoria e Auditoria-Geral do Estado) e Procuradoria-Geral do Estado.

Após esta etapa, que deve demorar cerca de três semanas, o governo lançará o edital com a data do leilão. A previsão do Piratini era que o lançamento fosse ainda em outubro, mas deve ficar para novembro ou dezembro de 2026.

RECOMENDAÇÕES

Governo afirma não haver impeditivos

Na tarde ontem, a Secretaria de Reconstrução divulgou nota. “Está garantida a sequência da concessão do bloco 2 de rodovias, com estradas localizadas no Vale do Taquari e região Norte. A análise da equipe de auditoria do TCE, recebida no dia 1º de outubro, é parte do rito de estruturação e demonstra não haver impeditivos para a continuidade do projeto. Durante o processo de auditoria, o Estado recebe uma série de recomendações que serão devidamente avaliadas pelas equipes técnicas. A proposta se encontra em etapa interna de estruturação.”

O propósito de ser movido pelo cuidado.

Unimed

18 de outubro - Feliz Dia do Médico

somoscoop

ANS - nº 367087



TALINE OPPITZ

taline@correiodopovo.com.br

Bloco 2: TCE faz apontamentos sobre tarifa e aporte, alvos dos críticos

Dois dos pontos mais mencionados pelos críticos da proposta do bloco 2 de concessões, incluindo aliados de Eduardo Leite (PSD), foram alvos de apontamentos na análise técnica do Tribunal de Contas do Estado (TCE): a necessidade de redução do valor da tarifa e o montante de recursos que será aportado pelo governo do Estado (ver matéria na página 3). Segundo a auditoria da Corte, há falhas no modelo econômico-financeiro definido pelo Executivo que, se corrigidas, irão resultar em redução da tarifa, dos R\$ 0,19 que constam na proposta, para R\$ 0,17 por quilômetro rodado. Uma alternativa à redução seria o corte de R\$ 224 milhões no aporte estabelecido, de R\$ 1,5 bilhão pelo governo, por meio de recursos do Funrigs, que passaria para R\$ 1,27 bilhão. Ironicamente, o Executivo anunciou, em junho, alterações no bloco 2, como a ampliação do investimento de R\$ 1,3 bilhão, previsto originalmente, para R\$ 1,5 bilhão, visando a redução da tarifa, que estava em R\$ 0,27. O objetivo era tentar minimizar as críticas e resistências, não da oposição à esquerda e à direita, mas especialmente de deputados que integram a base do governo e de prefeitos e lideranças das regiões atingidas. O efeito, no entanto, foi o oposto, e as investidas foram ampliadas e ganharão ainda mais fôlego com os apontamentos técnicos. O documento de 110 páginas produzido pelo TCE, e cuja observação não é obrigatória, foi entregue ao governo no dia 1º de outubro. A jornalista Flávia Simões, do **Correio do Povo**, teve acesso à íntegra do material. Desde então, a proposta está passando por adequações, que não são obrigatórias, e que devem ser concluídas ainda nesta semana, conforme antecipado pela coluna. Pelo menos por ora, o Executivo mantém o plano de lançar o edital no início de novembro.

Leite reúne aliados para tratar das eleições

Eduardo Leite chamou dirigentes e deputados de partidos da base para reunião, nesta quarta-feira, às 18h, no Piratini. Na pauta do encontro, com a presença do vice e pré-candidato Gabriel Souza, às eleições de 2026. Leite reforçará o pedido pela manutenção da aliança que está no Executivo desde antes de seu primeiro mandato e defenderá que não há motivos para negociações com partidos de oposição. Casos do PL e do PT. O PL lançou a pré-candidatura de Luciano Zucco e tenta atrair os progressistas. O PT, que tem Edegar Pretto como principal cotado para a pré-candidatura, negocia com o PDT, que lançou Juliana Brizola.

Royalties: comitiva pede mediação ou votação

Uma comitiva integrada por prefeitos gaúchos da Associação dos Municípios da Zona Sul, e pelo presidente da Confederação Nacional de Municípios, Paulo Ziulkoski, se reuniu, nesta terça-feira, com a equipe do gabinete da ministra Cármen Lúcia, do Supremo. Na pauta, as ações sobre a distribuição dos royalties de petróleo. As quatro ADIs sobre o tema aguardam, há mais de dois anos, análise no Núcleo de Solução e Alternativas de Litígios. Foi solicitado um cronograma para as mediações ou que a pauta vá ao plenário. As ADIs aguardam julgamento há mais de 12 anos. Segundo a CNM, os municípios do país já deixaram de receber R\$ 111 bilhões. A agenda foi solicitada pelo presidente da entidade microrregional e prefeito de Pinheiro Machado, Ronaldo Madruga.

APARTES

■ A CCJ da Assembleia aprovou, nesta terça-feira, que o termo “trabalho” seja incluído na denominação da comissão que passará a se chamar de Economia, Trabalho, Desenvolvimento Sustentável e Turismo. A proposta teve autoria de Miguel Rossetto.

■ O chefe da Casa Civil, Artur Lemos, e o líder do governo, Frederico Antunes, reuniram aliados, em café da manhã, antes da votação do projeto de pagamento de 14º salário a professores que cumprirem metas. A aprovação foi sem sobressaltos.